



# CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº

Protocolado em:

Interessado:

Assunto:

## CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

Protocolo Geral nº 001249 / 2018 Data 20/03/2018 Hora 13:41 h

Requerente

VER. VALDINEI PEREIRA- NEI DO GÁS

Assunto

Espécie: PROJETO DE LEI nº 39  
Institui a obrigatoriedade de permanência de  
Salva - Vidas de piscinas durante o seu  
funcionamentos em escolas, creches, centros  
educacionais e esportivos, balneários e similares  
da rede pública e privada em todo Município, e

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DE: 20 / 03 / 18

☒ ENCAMINHADO PARA  
AS COMISSÕES

☒ JUSTIÇA E REDAÇÃO

☐ EDUCAÇÃO / SAÚDE

EM: 26 / 03 / 18

☒ FINANÇAS / ORÇAMENTO

☐ SEGURANÇA

10/04/18

☐ OBRAS E SERV. PÚBLICOS

☐ MEIO AMBIENTE

Matéria da Ordem do dia da:

☐ SESSÃO ORDINÁRIA

☐ SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

RESULTADO

☐ REJEITADO

\_\_\_\_ VOTOS A FAVOR

\_\_\_\_ VOTOS CONTRA

☐ APROVADO

\_\_\_\_ VOTOS A FAVOR

\_\_\_\_ VOTOS CONTRA

☐ C/ EMENDAS

☐ S/ EMENDAS

AUTÓGRAFO Nº \_\_\_\_\_ DE: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

VETO

☐ INTEGRAL

☐ PARCIAL

MENSAGEM Nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

DE: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

LEI Nº \_\_\_\_ DE: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Observações:

Aquisição nos termos  
do art. 199 da R.T

PROCESSO CONCLUÍDO:

06 / 01 / 21

RESPONSÁVEL



# CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

ESTADO DE SÃO PAULO

## CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

Protocolo Geral nº	Data	Hora
001249 / 2018	20/03/2018	13:41 h

Requerente

VER. VALDINEI PEREIRA- NEI DO GÁS

Assunto

Espécie: PROJETO DE LEI nº 39  
Institui a obrigatoriedade de permanência de  
Salva - Vidas de piscinas durante o seu  
funcionamentos em escolas, creches, centros  
educacionais e esportivos, balneários e similares  
da rede pública e privada em todo Município, e

Institui a obrigatoriedade de permanência de Salva-Vidas de piscinas durante o seu funcionamento em escolas, creches, centros educacionais e esportivos, balneários e similares da rede pública e privada em todo Município, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SUMARÉ**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica instituída a obrigatoriedade de permanência de Salva-Vidas de piscinas durante todo o período de funcionamento em escolas, creches, centros educacionais e esportivos, balneários e similares, públicas e privadas, do município de Sumaré.

**Art. 2º** - Os referidos locais deverão ter afixados informativos relacionados ao risco de acidentes nessas áreas.

**Art. 3º** - As piscinas de uso público e coletivo quando em funcionamento, deverão estar sob a vigilância de profissionais Salva-Vidas, na proporção de 1/300m<sup>2</sup> (um para cada trezentos metros quadrados).





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ**

ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 4º** - Os Salva-Vidas devem ter habilitação profissional para o exercício da função.

**Parágrafo Único** – Os Salva-Vidas, durante todo o período de atividades, deverá estar devidamente uniformizado e caracterizado.

**Art. 5º** - O exercício das atividades de Salva-Vidas deverá obedecer aos seguintes quesitos:

I – O profissional deve ter altura mínima de 1,50 metros;

II – O profissional deverá ficar posicionado em local estratégico, de moto a ter alcance total da área;

III – O local deverá disponibilizar para o profissional:

- a) Cadeira adequada para o desempenho do serviço com altura mínima de 1,50 metros;
- b) Equipamento para salvamento de flutuação na piscina, tipo boia circular ou tudo de resgate flexível, quando houver profundidade superior a 1,50 metros;
- c) Colete Salva-Vidas;
- d) Apito;
- e) Cilindro de oxigênio; e
- f) Kit de primeiros socorros.

**Parágrafo Único** – Os equipamentos definidos nas alíneas de 'a' até 'f' deverão permanecer à disposição dos salva-vidas, em local de fácil acesso, próximo à piscina e em perfeitas condições de uso.

**Art. 6º** - As instituições de que trata esta lei, terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados à partir da data da publicação, para adaptação a esta lei.

**Art. 7º** - O Salva-Vidas deverá realizar requalificação a cada dois anos.

**Art. 8º** - O não cumprimento da presente lei, acarretará para as instituições, advertência por escrito para, em 15 (quinze) dias, efetivarem o cumprimento e em caso de mesmo assim permanecerem inertes:

I – Às instituições privadas, multa de 1 (um) salário mínimo vigente, aplicando-se o dobro em caso de reincidência sem prejuízo a cassação de Alvará de Funcionamento.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ**

ESTADO DE SÃO PAULO

**II** – Às instituições públicas, ao responsável será atribuída falta grave, a qual será passível de Processo Administrativo.

**Art. 9º** - Os valores recolhidos em razão das multas previstas no inciso I do artigo 7º desta lei, serão revertidos para a Secretaria de Saúde do Município.

**Art. 10º** - O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

**Art. 11** – As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias já consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 12** – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 20 de Março de 2018.

**NEY DO GÁS**

**Vereador**

**(Partido Verde)**





## **JUSTIFICATIVA**

A inviolável e fundamental garantia de Direito à vida, prevista na Carta Magna de 1988 é o mais importante dentre todos os direitos abarcados em todo o ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista que, os demais direitos somente poderão materializar-se, desde que este, esteja em pleno vigor.

Com o presente projeto de lei pretende-se salvaguardar à vida e a integridade física dos cidadãos sumareenses, haja vista que não existe atualmente uma regulamentação específica sobre a obrigatoriedade de um salva-vidas em piscinas de instituições públicas e privadas.

Em razão dos crescentes números de acidentes envolvendo o afogamento em piscinas, é mister a necessidade de o ordenamento jurídico exigir a presença do profissional salva-vidas nestes locais, como forma de prevenção, e o presente projeto de lei visa estimular a conscientização e estabelece critérios que contribuem para evitar a fatalidade, preservando a vida e zelando pela segurança.

Este projeto de lei se faz necessário em razão da segurança em prol da vida de crianças e adolescentes.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ**

ESTADO DE SÃO PAULO

Pesquisas indicam que o afogamento ocupa o 2º lugar de mortes por acidentes no Brasil (a primeira causa é o trânsito) e a maioria dos óbitos são de crianças entre 0 e 9 anos.

O Salva-vidas é o profissional que tem por escopo evitar os afogamentos e acidentes em situações críticas em meios aquáticos e sua função é imprescindível para a segurança à vida.

Dessa forma, apresentamos aos nobres vereadores este projeto de lei que embasado nos argumentos acima lançados, para que seja o mesmo deliberado e aprovado por esta Casa.

Sala das sessões, 20 de Março de 2018.

**NEY DO GÁS**

**Vereador**

**(Partido Verde)**



**CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Sumaré, 23 de março de 2018.

Of. Gab. nº 205/2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão, de Justiça e Redação  
– **Presidente - Vereador Antonio Dirceu Dalben.**

Nos termos dos artigos 104 e 105 do Regimento Interno desta Casa, encaminhamos-lhe para exame dessa R. Comissão, a seguinte matéria:

**PROJETO DE LEI Nº 039/2018 – Institui a obrigatoriedade de permanência de Salva-Vidas de piscinas durante o seu funcionamento em escolas, creches, centros educacionais e esportivos, balneários e similares da rede pública e privada em todo Município, e dá outras providências.**

Sendo o que, no momento, se nos oferece, reiteramos-lhe nossos protestos de elevada consideração, subscrevendo-nos.

**Atenciosamente**

**JOEL CARDOSO DA LUZ**  
Presidente

<b>CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ</b>	
Recebi cópia em	23 / 03 / 18
Rúbrica	

TSSG





**CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Sumaré, 23 de março de 2018.

Of. Gab. nº 206/2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão, de Finanças e  
Orçamento – **Presidente - Vereador João Maioral.**

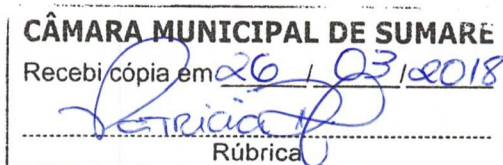
Nos termos dos artigos 104 e 105 do Regimento Interno desta Casa,  
encaminhamos-lhe para exame dessa R. Comissão, a seguinte matéria:

**PROJETO DE LEI Nº 039/2018 – Institui a obrigatoriedade de permanência de Salva-  
Vidas de piscinas durante o seu funcionamento em escolas, creches, centros  
educacionais e esportivos, balneários e similares da rede pública e privada em todo  
Município, e dá outras providências.**

Sendo o que, no momento, se nos oferece, reiteramos-lhe nossos protestos de elevada  
consideração, subscrevendo-nos.

Atenciosamente

**JOEL CARDOSO DA LUZ**  
Presidente



TSSG